

[Página Inicial](#)[Institucional](#)[Consultas](#)[Serviços](#)[Intranet](#)

» Consultas » Andamento Processual » 2ª Instância » Resultados

1ª Instância: Números Nome OAB 2ª Instância: Números Nome OAB**2ª Instância - Processos encontrados****Dados Resumidos**[Voltar](#)[Imprimir](#)[Enviar E-mail](#)**Processos encontrados: 1****NÚMERO: 1.0704.05.030344-2/001 Cartório da 5ª Câmara Cível - Unidade Goiás BAIXADO Principal****Classe:** Apelação Cível**Processo Siscom:** 704.5.30344**Assunto:** -**Câmara:** 5ª CÂMARA CÍVEL**Documento Origem:** 070405030344-2**Tipo Documento Origem:** PROCESSO**Data Cadastramento:** 11/07/2007**Data Distribuição:** 13/07/2007**Apelante(s):** AMC EMPREEND IMOBILIÁRIOS LTDA e outro(a)(s) e outros**Apelado(a)(s):** CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A**Autoridade coatora:** GERENTE CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A**Última(s) Movimentação(ões):**

Remetidos os autos à Comarca de Origem 07/10/2008

REMESSA dos AUTOS à COMARCA DE ORIGEM publicada 07/10/2008

MOVIMENTAÇÕES destes AUTOS após RECURSO(s) 03/10/2008 002

Dados Completos Todos Andamentos Todas as Partes/Advogados Expediente(s) Enviado(s) para Publicação Ligados

Consulta realizada em 02/06/2009 às 14:48:48

[Voltar](#)[Imprimir](#)[Enviar E-mail](#)



Página Inicial

Institucional

Consultas

Serviços

Intranet



» Consultas » Andamento Processual » 2ª Instância » Resultados

1ª Instância:

Números

Nome

OAB

2ª Instância:

Números

Nome

OAB

2ª Instância - Dados do processo

Todos os Andamentos

[Voltar](#)
NÚMERO: 1.0704.05.030344-2/001 Cartório da 5ª Câmara Cível - Unidade Goiás BAIXADO Principal

Remetidos os autos à Comarca de Origem	07/10/2008	
REMESSA dos AUTOS à COMARCA DE ORIGEM publicada	07/10/2008	
MOVIMENTAÇÕES destes AUTOS após RECURSO(s)	03/10/2008	002
Ver movimentações: Recurso ou Proc. sequencial nº	27/02/2008	1.0704.05.030344-2/002
Recebidos os autos	19/11/2007	
Remetidos os autos	19/11/2007	4º CAROT - URG
JUNTADA de Petição de RECURSO ESPECIAL por	19/11/2007	Apelantes - Original Protocolo: 516859/2007
JUNTADA de Petição de RECURSO ESPECIAL por	19/11/2007	Apelantes - (fax) Protocolo: 514742/2007
JUNTADA de Petição de RECURSO ESPECIAL por	19/11/2007	Apelantes - (fax) Protocolo: 514741/2007
JUNTADA de Petição de RECURSO ESPECIAL por	19/11/2007	Apelantes - (fax) Protocolo: 514648/2007
Publicado o dispositivo do acórdão em:	25/10/2007	
Resultado do julgamento realizado na Sessão:	11/10/2007	Negaram provimento.
Autos incluídos na pauta de julgamento de VOLTARAM do Des. REVISOR com "Pedido de Dia" em	11/10/2007	
	02/10/2007	
Autos conclusos à revisão, Des.	25/09/2007	Dorival Guimarães Pereira
Autos voltaram do Des. Relator	17/09/2007	
Autos conclusos à relatoria, Des.	17/09/2007	Cláudio Costa
Recebidos os autos da Procuradoria-Geral Justiça	14/09/2007	
Autos com vista à Procuradoria-Geral de Justiça	25/07/2007	
Autos voltaram do Des. Relator	20/07/2007	5º CACIV - UG

Autos conclusos à relatoria, Des.	13/07/2007	Cláudio Costa 5º CACIV - UG
Em autuação na COAUT/UG, após distribuídos ao Des.	13/07/2007	Cláudio Costa COAUT - UG
Recebidos os autos	12/07/2007	CODISTR
Remetidos os autos	12/07/2007	CODISTR
Em estruturação processual, após triagem	03/07/2007	COESPRO
Recebidos os autos	03/07/2007	COTESP
Remetidos os autos	03/07/2007	COTESP
Recebidos no TJMG	02/07/2007	CPROT Unid Goiás

Consulta realizada em **02/06/2009 às 14:48:59**[Voltar](#)[Imprimir](#)[Assinar Documento](#)

[Página Inicial](#)[Institucional](#)[Consultas](#)[Serviços](#)[Intranet](#)[» Consultas » Jurisprudência » Acórdãos](#)

Inteiro Teor

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Número do processo:** 1.0704.05.030344-2/001(1)**Relator:** CLÁUDIO COSTA**Relator do Acórdão:** CLÁUDIO COSTA**Data do Julgamento:** 11/10/2007**Data da Publicação:** 25/10/2007**Inteiro Teor:**

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - DEMONSTRAÇÃO - SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - POSSIBILIDADE - LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. A rigor do art. 1º da Lei 1.533/51, para efeito de impetração do mandado de segurança, necessário é, para substanciar o direito líquido e certo, que se apresente, junto à inicial, a prova pré-constituída do alegado direito. O serviço de fornecimento de energia elétrica não é regido pelo CDC, mas por lei especial - Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - que dispõe sobre o regime de concessão e permissão dos serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal. Apelo improvido.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0704.05.030344-2/001 - COMARCA DE UNAÍ - APELANTE(S): AMC EMPREEND IMOBILIÁRIOS LTDA E OUTRO(A)(S) - APELADO(A)(S): CEMIG DISTR S/A - AUTORID COATORA: GERENTE CEMIG DISTRISTRIBUIÇÃO S/A - RELATOR: EXMO. SR. DES. CLÁUDIO COSTA

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 5ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM NEGAR PROVIMENTO.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2007.

DES. CLÁUDIO COSTA - Relator

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. DES. CLÁUDIO COSTA:

VOTO



Conheço do apelo, posto que próprio e tempestivo.

Da decisão que, em mandado de segurança impetrado visando a abstenção de suspensão, pela CEMIG, de fornecimento de energia elétrica, denegou a ordem (f. 165/171), por reputar que a perquirição de eventual direito a ser tutelado exigiria ampla dilação probatória (f. 165/171), recorre o vencido (f. 173/175) pontuando que não existe prova que teria violado a Resolução 456/2000, da ANEEL e, assim, reputa violado seu direito líquido e certo.

Não tem razão o apelante.

Sabe-se que o Mandado de Segurança pressupõe, como o disserta HELY LOPES MEIRELLES,

"Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercido no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais." (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 2002, 24ª edição, p.p. 36 e 37)"

Com efeito,

"quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para o seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo, é direito comprovado de plano." (op. cit)

O que pretende o impetrante, e deixa claro em seu apelo (f. 175) é discutir se há ou não prova de violação ao art. 90, I, II, III e IV da Resolução 456/2000 da ANEEL e, com essa prova, debater se tem direito à manutenção no fornecimento de energia elétrica.

Ora, apenas o fato de coexistirem dúvida se houve ou não violação aos preditos incisos do art. 90 da apontada Resolução 456/2000, já retira, de logo, a liquidez e certeza do direito, motivo pelo qual merece inteira confirmação a decisão de primeiro grau, eis que, de resto, demandaria a produção de provas.

Nesse sentido, colhe-se a seguinte orientação jurisprudencial, destacada por Theotônio Negrão¹, verbis:

"Direito líquido e certo é o que resulta de fato certo, e fato certo é aquele capaz de ser comprovado de plano (RSTJ 4/1.427, 27/140, 147/386), por documento inequívoco (RTJ 83/130, 83/855, RSTJ 27/169), e independentemente de exame técnico (RTFR 160/239). É necessário que o pedido seja apoiado "em fatos incontroversos, e não em fatos complexos, que reclamam produção e cotejo de provas" (RTJ 124/948; no mesmo sentido: RSTJ 154/150; STJ - RT 676/187)

"O direito que dependa de dilação probatória está excluído do âmbito do 'writ'" (RSTJ 110/142)

De outro lado, tenho firme posição, já manifestada, dentre outros, na AC 1.0024.05.654898-5/001, no sentido de que o serviço de fornecimento de energia elétrica não é regido pelo CDC, mas por lei especial - Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - que dispõe sobre o regime de concessão e permissão dos serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal.

Entendo, assim, que o serviço de fornecimento de energia elétrica não é regido pelo CDC, mas por lei especial - Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - que dispõe sobre o regime de concessão e

permissão dos serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal.

Daí que estabelece aludida Lei, em seu artigo 6º, que toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários.

Entretanto, dispõe seu §3º que não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, ou houver inadimplemento do usuário.

A Lei nº 9.427/96, que instituiu a Agência de Energia Elétrica - ANEEL, dispõe, expressamente, em seu art. 17, a possibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica, por falta de pagamento, até mesmo ao consumidor que preste serviço público essencial à comunidade.

E a Resolução nº 456/00 da ANEEL, reproduz em seu art. 90, que remete ao art. 72 que a concessionária poderá suspender o fornecimento de imediato, quando verificar a ocorrência/utilização de procedimentos irregulares, cuja responsabilidade não lhe seja atribuível e que tenha provocado faturamento inferior ao correto, ou nenhum faturamento.

Assim, se a própria lei dispõe sobre hipóteses permitidas de corte de fornecimento de energia elétrica, bem assim a Resolução da ANEEL, indubitado é que o corte de energia elétrica do consumidor inadimplente é legal e não configura descontinuidade na prestação do serviço.

A jurisprudência é iterativa, verbis:

"MEDIDA CAUTELAR. ENERGIA ELÉTRICA. CONSUMIDOR. VIOLAÇÃO DO MEDIDOR. FATURA. EMISSÃO. PAGAMENTO. AUSÊNCIA. DESLIGAMENTO. COAÇÃO. NÃO- CARACTERIZAÇÃO. Verificada, em exame técnico, violação do medidor e notificado, previamente, o consumidor, para exercer o seu direito de defesa no procedimento administrativo ou para pagar a fatura emitida, não se mostra abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, prevista em lei, pela falta da contraprestação. Nega-se provimento ao recurso." (TJMG - Ap. nº 280.087-8, Rel. Des. Almeida Melo, j. 14/11/02).

"ENERGIA ELÉTRICA - CORTE - FALTA DE PAGAMENTO - INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A FORNECIMENTO DE A ELÉTRICA SEM A DEVIDA QUITAÇÃO - DEVEDORA CONFESSADAMENTE EM ATRASO - DESPROVIMENTO DO RECURSO - Não é ilegal a suspensão do fornecimento de energia elétrica com prévio aviso, por falta de pagamento, sobretudo se há expressa previsão contratual nesse sentido e o consumo é destinado à atividade empresarial, porque não se trata de taxa específica do gênero tributo e sim pagamento remuneratório de um serviço que só aparece com a sua utilização". (TJSC - AC-MS nº 97.010012-4, 2ª C.Cív. - Rel. Des. Solon d'Eça Neves, J. 26.02.98).

"APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO DA FAZENDA DO ESTADO CONTRA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EVITAR O CORTE NO FORNECIMENTO POR FALTA DE PAGAMENTO - ALEGAÇÃO DE QUE O ENSINO MINISTRADO NO LOCAL DO CORTE É ESSENCIAL - LEGALIDADE DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO. A Lei nº 9.427, de 26.12.1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, prevê em seu art. 17 a possibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica, por falta de pagamento, até mesmo ao consumidor que preste serviço público ou essencial à população." (TJSP - AC nº 51.219-5, 3ª CDPúb., Rel. Des. Rui Stoco, 09.02.99).

Conclui-se, assim, inexistir direito líquido e certo à prestação contínua de energia elétrica.

Pelo exposto, nego provimento ao apelo, mantendo na íntegra a r. sentença recorrida.

Custas, ex lege.

Votaram de acordo com o(a) Relator(a) os Desembargador(es): DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA e MARIA ELZA.

SÚMULA : NEGARAM PROVIMENTO.

1 CPC e Legislação Processual em Vigor, 35ª ed., p. 1665

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0704.05.030344-2/001



[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Página Inicial](#)[Institucional](#)[Consultas](#)[Serviços](#)[Intranet](#)» [Consultas](#) » [Andamento Processual](#) » 1ª Instância » [Resultados](#)

1ª Instância:

[Números](#)[Nome](#)[OAB](#)

2ª Instância:

[Números](#)[Nome](#)[OAB](#)**Comarca de Unaí - Processos encontrados****Dados Resumidos**[Voltar](#)[Imprimir](#)[Nova Consulta](#)**Processos encontrados: 1****PROCESSO: 070402015066-7****2ª VARA****ATIVO****Classe:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA**Assunto:** -**Maço:** E46**Requerente:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Requerido :** CLEANTHO ADJUTO MARTINS CARNEIRO**Última(s) Movimentação(ões):**

JUNTADA EFETIVADA DE	PET FL91	02/12/2008
AGUARDA JUNTADA DE	PETIÇÃO	07/11/2008
AUTOS DEVOLVIDOS À SECRETARIA		07/11/2008

[Dados Completos](#)[Todos Andamentos](#)[Todas as Partes/Advogados](#)Consulta realizada em **25/06/2009 às 12:36:15**[Voltar](#)[Imprimir](#)[Nova Consulta](#)

[Página Inicial](#)[Institucional](#)[Consultas](#)[Serviços](#)[Intranet](#)» [Consultas](#) » [Andamento Processual](#) » 1ª Instância » [Resultados](#)1ª Instância: 2ª Instância: **Comarca de Unai - Dados do processo****Dados Completos**[Voltar](#)[Imprimir](#)[Nova Consulta](#)**PROCESSO: 070407051824-3****1ª VARA****ATIVO****Distribuição:** 03/05/2007**Valor da causa:** R\$ 1.000,00**Classe:** MANDADO DE SEGURANÇA**Assunto:** -**Município do processo:** UNAÍ/MG**Competência:** CÍVEL**SITUAÇÃO ATUAL****Maço:** TJMG**Última(s) Movimentação(ões):**

AUTOS REMETIDOS TJ

27/04/2009

AGUARDA REALIZAÇÃO

REMESSA TJMG

21/04/2009

AUTOS DEVOLVIDOS À SECRETARIA

23/09/2008

Todos Andamentos**PARTE(S) DO PROCESSO****Impetrante:** PALMARES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**- JURÍDICA****Advogado(s):** 88282N/MG - Thadeu Henrique Dos Santos Osorio**Impetrado:** ANTÉRIO MÂNICA**- NATURAL**Consulta realizada em **22/06/2009 às 17:38:21**[Voltar](#)[Imprimir](#)[Nova Consulta](#)